

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA EM 20 DE JULHO DE 2010 – NÚMERO 17 -----

Aos vinte dias do mês de Julho do ano de dois mil e dez reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça em sessão ordinária no edifício dos Paços do Município. Compareceram Mário Fernando Atracado Pereira, Presidente da Câmara, Mário Manuel Pereira Peixinho, Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira e Luís Filipe Silva Garrotes, Vereadores. Esteve ausente o Vereador Carlos Jorge Duarte Pereira, por se encontrar em período de férias. -----

O Presidente da Câmara deu início à reunião, eram dezoito horas.-----

ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

A Vereadora Regina Ferreira manifestou as suas preocupações relativamente ao OTL de Verão, cujo número de vagas foi alargado este ano a todas as crianças que quisessem participar. A Vereadora teme que este alargamento de oferta possa ter consequências ao nível da qualidade e da segurança das actividades se não houver também um aumento de vigilantes e monitores.-----

Questionou em seguida sobre a reunião com a população do Casalinho, anunciada pelo Presidente na última reunião de Câmara, e sobre um alegado abaixo-assinado que o Presidente terá pedido à população com vista ao repúdio do encerramento da escola desse Lugar, até porque a Vereadora tem ideia de que este ano lectivo a decisão do encerramento das escolas ficou ao critério das autarquias e perguntou ainda pelas conclusões da reunião tida com os encarregados de educação dos alunos da escola do Frade de Cima.-----

A Vereadora pediu um ponto de situação da reparação do telheiro da escola e à construção da portaria.-----

O Vereador Luís Garrotes reiterou a sua intenção de consultar o documento de suporte ao Plano de Saneamento, que entretanto ainda não lhe foi facultado, e o processo da instalação da linha e do PT na Reserva do Cavallo Sorraia.-----

A Vereadora Regina Ferreira solicitou ainda a consulta do protocolo com a empresa TEXSA, documento que já havia solicitado, não lhe tendo ainda sido facultado.-----

Sobre este assunto a Secretária do Presidente, Vitória Brito, explicou que a única documentação que encontrou diz respeito à minuta de protocolo cuja aprovação em reunião de Câmara data de 9 de Janeiro de 2004 e aprovação em Assembleia Municipal de 16 de Janeiro do mesmo ano. Após aprovação nos órgãos competentes, deixa de existir documentação referente a este protocolo, pelo que não existe, tanto quanto a documentação permite inferir, formalização do protocolo.-----

O Vereador Luís Garrotes voltou a intervir para questionar sobre possíveis desenvolvimentos relativamente ao Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS), após formalização do convite à A.R.P.I.C.A.-----

O Presidente da Câmara passou a responder às questões colocadas pelos vereadores, começando por se referir ao OTL de Verão, programa que este ano pela primeira vez não restringia as inscrições a um certo número de crianças para dessa forma dar resposta à elevada procura por parte dos encarregados de educação, democratizando o acesso aos serviços prestados pela Autarquia. Assim, em vez das 44 crianças inscritas em cada um dos turnos do OTL do ano transacto, este ano o OTL contou com 68 crianças no primeiro turno, 105 no segundo e um número próximo do primeiro valor no terceiro que agora começa. O Presidente afirmou que associada à preocupação de democratizar o acesso ao serviço vem a preocupação de assegurar as condições de segurança e qualidade dos serviços prestados. Assim, a informação de que o Presidente dispõe, recolhida junto dos técnicos da Autarquia, é que a resposta tem sido positiva, tendo-se conseguido fazer frente a todas as dificuldades inerentes à dinamização de um grupo mais alargado. Neste

projecto, a Autarquia contou também com o apoio do Agrupamento de Escolas que cedeu os seus espaços e três funcionários que, normalmente, estão afectos ao serviço nas escolas e que agora transitaram excepcionalmente para o serviço do OTL. De resto, o Presidente comprometeu-se em enviar aos vereadores o relatório das actividades desenvolvidas no OTL.-----

Em relação à reunião com a população do Casalinho, o Presidente começou por justificar a decisão de alargar a reunião a toda a população na premência do assunto a tratar. De facto, apareceram cerca de 20 pessoas, a maior parte pais de alunos, tendo-se discutido a possibilidade de encerrar a escola e a possibilidade contrária de a Câmara tentar pedir uma licença excepcional de funcionamento. Durante essa reunião um munícipe propôs a realização de um abaixo-assinado reivindicando a continuidade da escola. Perante esta proposta a Câmara pôs-se à disposição da população e ofereceu-se para posteriormente fazer chegar o abaixo-assinado às entidades competentes.-----

No que toca ao Frade de Cima, a reunião decorreu também, mas teve muito pouca afluência. Em todo o caso, previa-se que houvesse apenas 4 ou 5 alunos a frequentar esse estabelecimento, até porque grande parte das crianças do Frade de Cima já está inscrita na escola das Fazendas de Almeirim. Não fosse essa situação e a escola do Frade de Cima teria muito provavelmente os alunos necessários para nem sequer se colocar a hipótese de encerramento. De resto, ao contrário da intenção mostrada pela população do Casalinho de manter a escola em funcionamento, a população do Frade de Cima demitiu-se da discussão deste assunto, não demonstrando grande vontade de que a escola não encerrasse.-----

Em relação à referência da Vereadora Regina Ferreira ao acordo entre a ANMP e o Ministério de Educação que pressupõe que cada município tem uma palavra importante a dizer na decisão de encerramento das escolas, o Presidente lembrou que a intervenção da Autarquia não é de todo decisiva, até porque o que vale para a protelação do encerramento das escolas com número de alunos insuficiente é a decisão da DREL de conceder a autorização excepcional de funcionamento. Assim, a decisão da população de fazer um abaixo-assinado pesará certamente na decisão final.-----

Por último, sobre as questões colocadas pela Vereadora Regina Ferreira, o Presidente explicou que, no último contacto que teve com a DREL, esta entidade garantiu que estaria a ultimar o processo para dar início à construção da portaria e reparação do telheiro, faltando apenas ultimar alguns aspectos para o lançamento do concurso, pelo que se prevê que em breve comecem as obras.-----

Entretanto, existem outras intervenções de reparação de alguns equipamentos, todas inventariadas aquando da vistoria realizada pelo Eng. Portugal e que deveriam ter sido contempladas na transferência de competências. Não tendo sido, torna-se complicado para a Câmara realizar todas as obras de que os edifícios carecem, dada a frugalidade da verba anualmente transferida pelo Ministério. Ainda assim, foi feito um levantamento, juntamente com a direcção do Agrupamento, das necessidades mais urgentes, onde se inclui por exemplo a questão da debilidade das janelas e dos caixilhos, e a Câmara comprometeu-se em avançar com essas obras este Verão.-----

O Presidente passou a responder às questões levantadas pelo Vereador Luís Garrotes, lembrando que o atraso na entrega do documento de suporte do Plano de Saneamento se justifica no período de convalescença que o Adjunto do Presidente, Senhor José Marcelino, atravessava. Entretanto o documento deverá ser entregue ao Vereador.-----

Já em relação ao processo do PT e da instalação da linha na Reserva do Cavallo do Sorraia, o Presidente informou o Vereador de que o procedimento ainda não está concluído porque ainda falta reunir alguns documentos.-----

Por último, em relação ao CLDS, a A.R.P.I.C.A. manifestou a intenção de avançar como

entidade coordenadora local deste projecto, muito embora o Presidente não tenha conhecimento se essa intenção já foi formalizada por escrito. O Presidente sabe ainda que já decorreu uma reunião no Instituto da Segurança Social em que participaram representantes da A.R.P.I.C.A., embora não tenha recebido informações sobre a forma como terá decorrido. De resto, a A.R.P.I.C.A. deverá começar a elaborar o Plano de Acção e escolher o Coordenador do Projecto para dar início ao programa nos moldes previstos, sendo que os valores que irão auferir os técnicos a contratar terão de estar dentro dos limites que a Câmara considere coadunarem-se com os princípios norteadores do projecto.-----

A Vereadora Regina Ferreira fundamentou a opinião de que mais importante do que o aspecto financeiro são os objectivos estratégicos definidos no próprio plano, que devem reflectir os objectivos gerais do Projecto.-----

A Vereadora referiu-se ainda à afirmação do Presidente de que o fim às restrições do número de inscrições para o OTL representava uma democratização do acesso a esse serviço. Para a Vereadora a democratização não tem a ver com o aumento do número de inscrições, ou então, a passar pelo aumento desse número, terá de passar igualmente pelo aumento das condições do serviço, a fim de as crianças tirarem o maior proveito desses tempos livres.-----

Em relação ao abaixo-assinado que a população do Casalinho promoveu, a Vereadora afirmou não ter nada contra essa forma da população afirmar os seus direitos, simplesmente se referiu a esse aspecto a fim de ser elucidada sobre as disposições assumidas no protocolo assinado entre a Associação de Municípios e o Ministério da Educação que dariam legitimidade à Autarquia para decidir sobre o futuro das escolas com número insuficiente de alunos.-----

O Presidente explicou que entende o termo democratização no sentido em que reconhecendo-se uma necessidade que não era satisfeita na totalidade, já que havia sempre crianças que não podiam frequentar o OTL, procedeu-se ao alargamento da oferta a fim de possibilitar que o serviço pudesse ser usufruído por todos os que dele pretendessem usufruir. O Presidente afirmou preferir abdicar um pouco da qualidade de um serviço, embora não considere que tenha sido esse o caso, permitindo assim que não exista nenhuma espécie de exclusão, promovendo a igualdade de oportunidades, princípio norteador de qualquer sociedade.-----

ORDEM DO DIA:-----

EXPEDIENTE:-----

FOI APRECIADO O SEGUINTE EXPEDIENTE:-----

VÁRIOS:-----

- **Rancho Folclórico da Casa do Povo de Alpiarça – Licença Especial de Ruído**-----

Aprovado por unanimidade a ratificação da autorização da licença especial de ruído.-----

- **Rancho Folclórico da Casa do Povo de Alpiarça – Pedido de colaboração**-----

O Presidente explicou que o pedido do Rancho Folclórico consistia na concessão de um apoio monetário por parte da autarquia no valor de 250 euros, mais ajuda na divulgação. Esta última solicitação já foi concedida, tendo sido impressos pela Câmara 15 cartazes e 100 flyer's.-----

A Vereadora Regina Ferreira lembrou que, aquando da aprovação dos subsídios para as associações de carácter cultural, realçou a ausência do Rancho Folclórico, sugerindo que eventualmente se poderia elencar as associações culturais que não tinham apresentado plano de actividades. A Vereadora entende que este pedido é um bocado extemporâneo, não fazendo sentido o pedido de subsídio para uma actividade como o Karaoke, quando esta colectividade necessitará de outro tipo de apoios para o desenvolvimento da sua actividade anual. Assim, faria muito mais sentido que esta associação apresentasse um

plano de actividades onde elencasse algumas das actividades que pretende desenvolver e para as quais necessitará do apoio que a Câmara concederia anualmente.-----

O Presidente veiculou a ideia de que muitas destas associações vivem da carolice dos seus associados e que muitas vezes não se conseguem reunir para formular um plano de actividades por esta ou aquela razão. Não atribuir subsídios às associações que não apresentassem plano de actividades implicaria a dissolução de muitas delas. No entanto, o Presidente concorda com a opinião da Vereadora e afirmou ser sua intenção consciencializar as colectividades para a importância da elaboração do Plano Anual de Actividades, não fechando contudo a porta às associações em falta.-----

O Vereador Luís Garrotes entende que faz todo o sentido tentar disciplinar as associações no sentido de a Câmara poder ter uma noção prévia dos apoios que anualmente irá conceder.-----

Aprovado por unanimidade a atribuição de comparticipação financeira no valor de 250€.---

- Acústica Médica – Rastreo Auditivo Gratuito – Pedido de autorização para ocupação da via pública e isenção da taxa de imposto de selo-----

O Presidente informou tratar-se do pedido de uma empresa que pretende colocar uma unidade móvel de rastreo no largo do C.D. “Os Águias” no dia 12 de Agosto.-----

Aprovado por unanimidade autorizar e isentar da taxa e imposto de selo e submeter o assunto à Assembleia Municipal.-----

- Minuta de Protocolo entre a Câmara Municipal de Alpiarça e a Associação dos Amigos da Casa dos Patudos-----

O Presidente explicou que o anterior protocolo foi denunciado porque continha uma ilegalidade no ponto que previa a transferência de fundos da Autarquia para esta Associação com o fim de pagar os vencimentos de dois funcionários a colocar pela Associação na Loja dos Patudos. A situação não está prevista na lei na medida em que a Autarquia não pode proceder ao pagamento indirecto de vencimentos de funcionários que não lhe estejam afectos. Este impedimento levou a que até agora nenhum valor tivesse sido transferido por parte dos Serviços da Câmara para a Associação dos Amigos da Casa dos Patudos. Assim, traz-se agora a minuta de um novo protocolo que revê a anterior situação, prevendo a atribuição de um subsídio à Associação dos Amigos da Casa dos Patudos para o desenvolvimento das suas actividades, ficando essa situação da gestão do pessoal à responsabilidade da associação em causa.-----

O Vereador Luís Garrotes manifestou as suas preocupações quanto à possibilidade de colisão das competências definidas neste documento com o que foi definido no protocolo com o Instituto Politécnico de Leiria, havendo assim sobreposição de competências.-----

O Presidente é da opinião de que a redacção do novo protocolo não cria conflitos com o protocolo com o Instituto Politécnico de Leiria, até porque no fundo ele reflecte os parâmetros que já eram contemplados no documento anterior. Não se pretende que esta associação desenvolva actividades na Casa dos Patudos mas tão-só que colabore com a Câmara e com todos os parceiros a actuar no Museu.-----

A Vereadora Regina Ferreira entende que a redacção do documento não deixa isso explícito ao prever que a Associação deverá “promover actividades em parceria ou isoladamente” e não apenas colaborar.-----

O Presidente entende que a palavra “isoladamente” pretende apenas dar alguma margem de iniciativa à Associação de Amigos e não que esta entidade realize as actividades que deverá ser o Instituto Politécnico de Leiria a promover ao abrigo do protocolo vigente.-----

A única objecção da Vereadora Regina Ferreira é que, existindo vários parceiros, entende que os papéis de cada um devem estar bem definidos.-----

O Vereador Luís Garrotes partilha da mesma objecção e realçou o facto de não ter sido apresentado nenhum plano anual quando a obrigação da elaboração do mesmo está

prevista na cláusula quarta do protocolo, embora reconheça que agora só faça sentido apresentar um plano no final do ano. O Vereador entende que se neste momento se está a definir claramente o valor do subsídio era conveniente a Associação justificar esse montante revelando o seu plano de intenções.-----

O Presidente lembrou que pelo impedimento técnico explicado no início a Câmara ainda não fez nenhuma transferência de subsídios para esta Associação, pelo que a Câmara também está em incumprimento em relação ao segundo outorgante do protocolo, o que impossibilitou o desenvolvimento normal da sua actividade. O Presidente entende que pedir a meio do ano a apresentação de um plano de actividades, estando a Câmara em incumprimento e não tendo pedido um plano aquando da assinatura do primeiro protocolo ainda durante o anterior mandato, será talvez um pouco abusivo.-----

O Vereador Luís Garrotes entende que se está a tempo de corrigir as situações que se identificarem como menos conseguidas.-----

O Presidente propôs a supressão do termo “isoladamente” da minuta e a solicitação da apresentação de um Plano de Actividades a apresentar posteriormente.-----

Aprovado por unanimidade, com a alteração proposta e com a ressalva de informalmente solicitar o plano de actividades à Associação, e remeter à Assembleia Municipal.-----

- ALPIAGRA 2010 – Feira Agrícola e Comercial de Alpiarça – Edital-----

O Presidente deu conta do abaixamento geral de preços do aluguer de espaços no caso dos expositores na área da doçaria e tasquinhas. Este abaixamento justifica-se na situação económica das empresas e na dificuldade que manifestam para aceder a este tipo de certames.-----

Aprovado por unanimidade concordar com o edital.-----

- ALPIAGRA 2010 – Feira Agrícola e Comercial de Alpiarça – Regulamento Geral-----

O Presidente explicou que houve uma alteração no que toca à disposição do espaço da feira, deixando de existir o espaço de exposição automóvel dentro da Nave Desportiva, que passará a ter a designação de Salão das Actividades Económicas e será dedicado à participação de empresas, stands ligados a questões de ambiente e biodiversidade e à Agricultura Biológica. No caso do artesanato, as barraquinhas de espaço exterior deixarão de existir, sendo que os expositores transitarão para o interior do pavilhão comercial.-----

Aprovado por unanimidade concordar com o Regulamento Geral.-----

- Proposta de Empréstimo para Saneamento Financeiro-----

O Presidente fez uma introdução a este ponto começando por explicar que esta proposta surge no âmbito da disposição aprovada em Assembleia Municipal e após consulta pública a várias entidades bancárias. Dos 9 bancos consultados, a melhor proposta é a do Banco Santander Totta que apresenta uma proposta que cobre integralmente o valor do pedido com um spread de 3,50.-----

A Vereadora Regina Ferreira concorda que esta seja a melhor proposta, embora não concorde com a contracção deste empréstimo uma vez que não foi concretizado de forma explícita o destino a dar ao dinheiro que será injectado na Autarquia.-----

O Vereador Mário Peixinho explicou que o dinheiro se destina em grande parte a pagar as dívidas a curto prazo a fornecedores.-----

Aprovado por maioria com voto de qualidade do Presidente da Câmara e com os votos contra dos vereadores Regina Ferreira e Luís Garrotes aceitar a proposta do Banco Santander Totta e submeter à Assembleia Municipal.-----

OBRAS: -----

- ORBITALHA – Operação de Loteamento 1/2010 – Cedências-----

Aprovado por unanimidade a operação de loteamento nas condições referidas no parecer técnico.-----

- Maria Margarida Avelino Gameiro Aguiar – Certificação – Constituição de

Compropriedade

Aprovado por unanimidade a constituição de compropriedade de acordo com o parecer técnico.

INFORMAÇÕES:

- Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo – Moção

Tomou-se conhecimento.

- EDP Distribuição – Oferta de Livro

Tomou-se conhecimento.

Enviar o exemplar à Biblioteca Municipal de Alpiarça e agradecer a oferta.

- Fundação Eng^o António de Almeida – Oferta de Publicações

Tomou-se conhecimento.

Enviar o exemplar à Biblioteca Municipal de Alpiarça e agradecer a oferta.

- Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 1301-Alpiarça – Agradecimento

Tomou-se conhecimento.

- Agrupamento de Escolas de José Relvas – Agradecimento

Tomou-se conhecimento.

Terminada a ordem do dia, o Presidente propôs a entrada de dois pontos fora da ordem de trabalhos. Votou-se a entrada do primeiro ponto “**Minuta de Acordo de Co-financiamento dos custos de funcionamento do Projecto de Candidatura da Cultura Avieira a Património Nacional**”.

A entrada do ponto foi aprovada por unanimidade.

Sobre este ponto o Presidente explicou que a promoção da candidatura da cultura avieira a património nacional é imputada a um consórcio de 41 instituições, consórcio do qual a Câmara de Alpiarça faz parte, e liderada pelo Instituto Politécnico de Santarém. Os custos de funcionamento desta estrutura são suportados em 70% pelo financiamento comunitário (CREN) e 30% pelo líder institucional (Instituto Politécnico de Santarém). Este último reuniu com as várias autarquias que compõem o consórcio a fim de chegar a acordo quanto à repartição das despesas, tendo sido proposto que os custos fossem distribuídos de forma igualitária por estes parceiros, já que as outras instituições que compõem o consórcio não terão vocação financeira que permita entrar nesta repartição.

O Vereador Luís Garrotes mostrou o seu descontentamento em relação ao orçamento deste projecto, cujos custos com pessoal representam quase 50% do bolo, quando os custos com publicidade e divulgação representam uma fatia muito pequena. O Vereador considera que seria importante saber em que é que se traduzirá a actividade do coordenador e dos dois técnicos e perceber se o valor da remuneração está ajustado aos objectivos, competências e responsabilidades adjacentes a esses cargos.

A Vereadora Regina Ferreira perguntou qual seria a contrapartida para o investimento da Câmara neste projecto, tendo obtido resposta do Vereador Mário Peixinho que explicou que a contrapartida se traduz no posterior financiamento para a recuperação da Aldeia do Patacão, com todo o seu potencial turístico, bem como na preservação de uma memória colectiva.

O Presidente lembrou ainda o compromisso por parte da entidade coordenadora do projecto que assume a tentativa de captação de novos parceiros, o que representaria uma redução de custos.

Posto à votação, a minuta foi aprovada por maioria com 2 abstenções dos vereadores Regina Ferreira e Luís Garrotes.

O Vereador Mário Peixinho fez declaração de voto. O Vereador votou a favor desta proposta porque ao ter assistido ao primeiro congresso de cultura Avieira ficou sensibilizado para a causa, tendo reconhecido a importância deste projecto que é legitimado pela assunção de compromissos por parte de pessoas com grandes

responsabilidades na gestão de fundos. Além disso, o Vereador deposita toda a sua confiança na pessoa que coordena este projecto.-----

A Vereadora Regina Ferreira e o Vereador Luís Garrotes fizeram declaração de voto conjunta. Justificam a sua abstenção na ausência de informação sobre os objectivos, competências e responsabilidades do coordenador do projecto e dos dois técnicos associados ao projecto, a fim de se poder apurar se a sua remuneração se ajusta a essa realidade.-----

O Presidente propôs a entrada de mais um ponto fora de ordem de trabalhos. Votou-se então a entrada do ponto “**Regulamento de Pesca – Barragem dos Patudos**”.-----

A entrada deste ponto foi aprovada por unanimidade.-----

Este regulamento já tinha sido aprovado e estava em período de apreciação pública. Entretanto, a autoridade florestal nacional fez uma proposta de alteração na alínea b) do art.º 10º. Onde se lê 5€, deve ler-se 4,99€, alteração que tem que ver com a conversão do escudo para o euro.-----

O Vereador Luís Garrotes afirmou nada ter a opor à alteração, mas aproveitou para referir algumas situações estranhas que acontecem na barragem, nomeadamente o uso que se faz da albufeira ao fim de semana pelos pescadores e o livre acesso nocturno de veículos à barragem.-----

Aprovado por unanimidade a alteração sugerida após período de apreciação pública ao respectivo regulamento. -----

INTERVENÇÕES DO PÚBLICO-----

Não houve intervenções.-----

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Presidente da Câmara, eram vinte e uma horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.-----

E eu, Vitória Maria Lopes de Faria Brito, a exercer funções de Secretária no Gabinete de Apoio à Presidência, da mesma Câmara, servindo de secretária, a redigi e assino. -----
